



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA

MARIA JOSÉ DE MENEZES FREITAS

WILSON FERNANDES DOS SANTOS

**GESTÃO DE MEDICAMENTOS NO ÂMBITO HOSPITALAR: UMA REVISÃO
DA LITERATURA**

São Cristóvão 2023

MARIA JOSÉ DE MENEZES FREITAS

WILSON FERNANDES DOS SANTOS

**GESTÃO DE MEDICAMENTOS NO ÂMBITO HOSPITALAR: UMA REVISÃO
DA LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharelado em Farmácia,
pela Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Prof. Dr. Giuliano Di Pietro

São Cristóvão 2023

MARIA JOSÉ DE MENEZES FREITAS

WILSON FERNANDES DOS SANTOS

GESTÃO DE MEDICAMENTOS NO ÂMBITO HOSPITALAR: UMA REVISÃO

INTEGRATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada
ao Departamento de Farmácia da Universidade
Federal de Sergipe, como requisito parcial para
a obtenção do Grau de Bacharel em Farmácia.

Aprovada em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Giuliano Di Pietro

Orientador

Msc. Julianna Salgado Ribeiro Gois

Avaliador 1

Msc. Luana de Menezes de Souza

Avaliador 2

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças e sabedoria para superar todas as adversidades no decorrer do curso; a meu esposo por me incentivar desde o início da graduação, me tornando resiliente nos momentos que pensei em desistir; aos meus filhos que por eles continuo vencendo, sendo para ambos um ponto de referência; aos meus amigos e todos os profissionais que me deram suporte durante os estágios; ao orientador, Professor Giuliano Di Pietro, pelo incentivo e por conduzir este trabalho com paciência e determinação; a todos que direta ou indiretamente contribuíram com minha formação acadêmica.

Maria José de Menezes Freitas

Agradeço a Deus por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos ao longo deste trabalho. Aos meus pais e irmãs, por me apoiar nos momentos difíceis e entender a minha ausência enquanto realizava este trabalho. Agradecer em especial a minha esposa, pois sem a ajuda e apoio dela não seria possível continuar com essa jornada, pois em momentos de dificuldade ela sempre esteve ao meu lado pra me apoiar e me incentivar.

Wilson Fernandes dos Santos

RESUMO

Remédio é um conceito mais abrangente que envolve qualquer recurso que auxilie a aliviar dores, sintomas e doenças; como chás, banhos quentes e frios. O medicamento é o produto principalmente desenvolvido pela indústria farmacêutica, produzido nas normas legais e regulatórias do território nacional. **Objetivo:** Identificar o que os artigos científicos, publicados nos últimos 10 anos, revelam sobre a gestão dos medicamentos no âmbito hospitalar. **Método:** uma revisão da literatura buscando solucionar o problema da questão destacada no objetivo. **Conclusão:** Este trabalho traz contribuições práticas para o cotidiano da gestão medicamentosa. Apresenta lacunas encontradas foram nenhuma contribuição teórica que venha inovar, além de uma pequena quantidade artigos tratando dos aspectos econômicos e logísticos; e propõe alternativas que facilitem a aquisição.

Palavras chaves: gestão de medicamentos, prescrição, dispersação, administração e monitoramento.

RESUME

Medicine is a broader concept that involves any resource that helps relieve pain, symptoms and illnesses; such as teas, hot and cold baths. The medicine is the product mainly developed by the pharmaceutical industry, produced in the legal and regulatory norms of the national territory. **Objective:** To identify what scientific articles published in the last 10 years reveal about medication management in hospitals. **Method:** a literature review seeking to solve the problem of the issue highlighted in the objective. **Conclusion:** This work brings practical contributions to everyday medication management. It presents gaps found: no theoretical contribution that will innovate, in addition to a small number of articles dealing with economic and logistical aspects; and proposes alternatives that facilitate acquisition.

Keywords: medication management, prescription, dispersion, administration and monitoring.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
OBJETIVOS.....	13
METODOLOGIA.....	13
REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
RESULTADOS	15
DISCUSSÃO.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS	23

ABREVIATURAS

BVS: Biblioteca Virtual de Saúde

COFINS: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IFA: Insumos Farmacêuticos Ativos

IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados

PBE: Prática Baseada em Evidência

PES: Planejamento Estratégico Situacional

PIS: Programa de Integração Social

RAM: Reações Adversas a Medicamentos

UPA: Unidade de Pronto Atendimento

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

INTRODUÇÃO

Os conceitos de remédio e medicamento podem ser confundidos como sinônimos no senso comum. Remédio é um conceito mais abrangente que envolve qualquer recurso que auxilie a aliviar dores, sintomas e doenças; como chás, banhos quentes e frios. Muitos deles não precisam de medicamentos (BEZERRA, 2018). O medicamento é o produto principalmente desenvolvido pela indústria farmacêutica, produzido nas normas legais e regulatórias do território nacional. Obrigatoriamente deve passar por testes e seus efeitos terapêuticos devem ser comprovados cientificamente. É classificado em medicamento genérico ou de referência (IBIDEM, 2018).

Este trabalho se deterá em estudar a gestão dos medicamentos em hospitais, difundindo o conhecimento administrativo e logístico para profissionais da saúde que venham futuramente atuar nesse setor de administração medicamentosa, propiciando maior conhecimento da demanda e processos inclusos. Como será demonstrado nesta pesquisa, o objeto deste estudo é algo que não deve ser considerado de forma simplória, pois o mesmo é composto de aspectos complexos que estão interligados, a fim de propiciar melhor qualidade sanitária e de forma sustentável. No que se refere aos aspectos de gerir e supervisionar, temos como exemplo a prescrição, dispensação, monitoramento, identificação diferenciada dos medicamentos (principalmente os Potencialmente Perigosos), indicação do número máximo de doses, além da forma de administração (MAIA et al, 2020).

Este estudo é relevante para a compreensão das demandas da gestão dos medicamentos hospitalares a fim de contribuir para a consolidação das propostas de solução existentes que sejam efetivas, rápidas e sustentáveis, tendo como objetivo identificar o que os artigos científicos, publicados nos últimos 10 anos, revelam sobre a gestão dos medicamentos no âmbito hospitalar.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Identificar o que os artigos científicos publicados nos últimos 10 anos têm revelado sobre a gestão dos medicamentos no âmbito hospitalar.

Objetivo Específico:

Conhecer o processo logístico e administrativo da gestão dos medicamentos hospitalares.

METODOLOGIA

O presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão bibliográfica do tipo exploratória. Trata-se de uma busca de achados científicos em materiais já publicados que falem sobre a gestão do medicamento no âmbito hospitalar. A pesquisa foi realizada em bases de dados eletrônicas como SciELO, LILACS e BVS, utilizando os descritores “gestão de medicamentos” AND “ âmbito hospitalares, sendo escolhidos artigos, monografias e outras publicações nos últimos 10 anos. Os critérios para a inclusão dos artigos foram artigos publicados em língua portuguesa com acesso aos seus conteúdos, títulos e resumos; ainda, textos integrais diretamente relacionados à questão norteadora, publicados nos últimos 5 anos. Como critério de exclusão foram descartados artigos indexados de maneira repetitiva ou com conteúdo que de certa forma se relacionam aos descritores, mas que não satisfazem os objetivos desta pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

A gestão de medicamentos no âmbito hospitalar, nos últimos 3 anos, foi impactada principalmente pelos efeitos econômicos e sanitários da pandemia do vírus SARS COV-2 pois, durante essa calamidade mundial, certos medicamentos foram utilizados como paliativos, mesmo sem um consenso científico em relação ao efeito terapêutico contra a Covid-19 (CHAVES et al., 2020).

Tal atitude e finalidade paliativa emergencial causaram o desabastecimento em hospitais, farmácias e indústrias farmacêuticas de fármacos como Hidroxicloroquina, deixando, por exemplo, a população indígena na Amazônia desprotegida, sem esse princípio ativo no combate à malária (SASSINE, 2022). Além disso essa prática médica adotada acabou gerando debates políticos, médicos e sanitários.

Em um estudo realizado ficou constatado que nos casos de desabastecimentos iguais ou semelhantes a este, a oferta de medicamentos e princípios ativos são extremamente dependentes das grandes indústrias farmacêuticas que controlam 37% (dados de 2006) dos medicamentos globais (KESIC³, 2011 apud CHAVES et al. 2020); e mais de 50% (PALMER, 2016 apud CHAVES et al., 2020) dos Insumos Farmacêuticos Ativos (IFA).

Um fator relevante relacionado ao custo de compra diz respeito aos produtos nacionais, que normalmente costumam ter um custo tributário mais baixo que os produtos importados, uma vez que estes não geram emprego e renda para a população brasileira. De acordo com a legislação brasileira, os importados são taxados por impostos como ICMS, IPI, PIS e COFINS (BRASIL, 2014c Apud CASTRO e ALBIERO, 2016).

Contudo, conforme as autoras supracitadas, em uma pesquisa feita pela FIESP, recentemente, em alguns segmentos da indústria brasileira, o produto brasileiro pode ficar até 34,2% mais caro que os importados, já com as alíquotas de importação incluídas (IBIDEM). Portanto, antes da compra, a fim de suprir as demandas dos hospitais, o aspecto tributário não deve ser o único fator a ser analisado.

Para se obter uma ótima gestão é imprescindível o uso de práticas que sejam

economicamente sustentáveis, visando evitar gastos desnecessários que dificultem o atendimento das demandas nas unidades hospitalares, avaliando-se o custo de cada medicamento. As relações de abastecimentos e desabastecimentos de medicamentos em hospitais são complexas; e além disso, gestão medicamentosa não diz respeito somente a esses aspectos, mas também é tratar de etapas como a prescrição, dispensação, monitoramento e a forma de administração (MAIA et al, 2020).

RESULTADOS

Após a inserção descritores, foram encontrados 90 artigos contendo-os em títulos ou resumos, incluindo monografias. Após a seleção com os critérios de inclusão, 11 artigos foram definitivamente incluídos.

	Artigo	Autor	Periódico	Objetivo
1	O mercado de matérias-primas para a indústria de fitoterápicos.	CASTRO & ALBIERO, 2016	Revista Fitos	Realizar um levantamento sobre os fornecedores de matérias-primas de uma indústria de fitoterápicos de porte médio, classificando-os de acordo com a localização geográfica e representatividade comercial.
2	Identificação de riscos e práticas na utilização de medicamentos potencialmente perigosos em hospital universitário.	BATELHO, 2020	REME	Analisar as prescrições de medicamentos potencialmente perigosos e identificar práticas adotadas na dispensação em hospital universitário público de alta complexidade, propondo estratégias para prevenção de eventos adversos.

3	Notificação de eventos adversos: caracterização dos eventos ocorridos em um complexo hospitalar.	FURINI, et al. 2019	Rev. Gaúcha Enferm.	Analisar notificações de incidentes relacionados à segurança do paciente.
4	Ações para segurança na prescrição, uso e a administração de medicamentos em unidades de pronto atendimento.	SANTOS, et al. 2019	Rev. Gaúcha Enferm.	Identificar os riscos e incidentes relacionados aos processos de terapia medicamentosa no cenário de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e propor ações de gerenciamento e práticas seguras na percepção da equipe de enfermagem.
5	Queixas técnicas e reações adversas a medicamentos notificados em um hospital regional no Brasil: um estudo transversal.	OLIVEIRA, et al. 2017	ABCS health sci	Descrever a frequência e as características das notificações de queixas técnicas e reações adversas a medicamentos (RAM) em um hospital regional.
6	Indução de endividamento hospitalar na compra de medicamento em situação de monopólio: o caso do mesilato de imatinibe.	SCOPEL, & CHAVES, 2015	Cad. Saúde Pública	Analisar o processo de endividamento em um hospital universitário de alta complexidade devido ao gasto crescente com a aquisição de mesilato imatinibe.
7	A institucionalização da seleção de medicamentos públicos por meio de	SANTANA, et al. 2014	Rev. Adm. Pública	Utilizar uma ferramenta de gestão proposta pelo economista Carlos Matus, para a superação das dificuldades de implantação

	planejamento estratégico situacional.			de Comissões de Farmácia e Terapêutica nos serviços hospitalares do estado de Sergipe.
8	Fatores associados ao uso de medicamentos na gestação em primigestas no município de Rio Branco, Acre, Brasil.	ANDRADE, 2014	Cad. Saúde Pública	Analisar os fatores associados ao uso de medicamentos na gestação no município de Rio Branco, Acre, Brasil.
9	Gestão das intervenções de prevenção e controle da resistência a antimicrobianos em hospitais: revisão de evidências.	MELO, et al. 2020	Rev. panam. salud pública	Identificar intervenções efetivas para enfrentar a resistência a antimicrobianos em hospitais e possíveis barreiras para sua implementação.
10	Ocitocina sintética e a aceleração do parto: reflexões sobre a síntese e o início do uso da ocitocina em obstetrícia no Brasil.	NUCCI, 2018	Hist. cienc. saude- Manguinhos	Investigar a vida social da ocitocina, isto é, sua sintetização, estabilização e uso em obstetrícia para acelerar o parto.
11	A visão jurídica do uso de medicamentos <i>off label</i> no âmbito da saúde suplementar.	SILVEIRA, 2018	Cad. Ibero Am. Direito Sanit. (Impr.)	Analisar do ponto de vista sobre o tema do uso do medicamento <i>off label</i> no âmbito da saúde suplementar.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Resultados

1	Brasil e Alemanha representam individualmente, 34% dos fornecedores de matérias-primas com 4 empresas qualificadas. Entretanto, enquanto as empresas alemãs abastecem a indústria com 14 matérias-primas (56%), os produtores brasileiros fornecem apenas 5 insumos ativos (20%).
2	Mais da metade das prescrições (56,6%) continha dois ou mais medicamentos potencialmente perigosos e quase todos injetáveis (95,4%), principalmente analgésicos opióides (31,2%), glicose 50% (24,7%) e insulina NPH e regular (24,3%). A taxa dos prescritos correspondeu a 18,2%. As principais práticas que representam riscos foram: distribuição coletiva de cloreto de potássio e insulina; falta de etiquetas de alerta; dupla conferência inexistente; uso de fontes de interrupção, distração em 43,9% das prescrições atendidas.
3	Foram analisadas 4.691 notificações. O enfermeiro foi a categoria profissional que mais notificou (71%), seguido do médico (8%). O período mais frequente em que ocorreram as notificações foi o diurno. Houve diferença significativa da proporção de notificações entre os dias da semana. As notificações foram classificadas por motivo, com destaque para medicamentos (17%), seguido de lesões de pele (15%) e flebite (14%).
4	A partir dos relatos dos participantes foram organizadas categorias temáticas, sendo os riscos e incidentes relacionados ao processo de terapia medicamentosa uma das categorias elencadas, assim como propostas de ações.
5	No total, contabilizaram-se 151 (84%) notificações de potenciais RAM e 27 (15,2%) de queixas técnicas. Mulheres (62,9%) com idades entre 26-59 anos (42,4%) foram predominantes entre os pacientes notificados com RAM. A maioria das reações foram distúrbios de pele (33,1%), de gravidade moderada (70,2%), provindas de fármacos que atuam no sistema nervoso (35,8%). Sobre as queixas técnicas, o extravasamento do líquido do material de acondicionamento foi a ocorrência mais descrita (40,7%).
6	Foram mapeadas estratégias da indústria farmacêutica e do governo, assim como resposta do governo, assim como respostas governamentais de redução do preço.
7	Observou-se que o método PES (Planejamento Estratégico Situacional) cauterizou-se como uma ferramenta recomendada para a implantação de atividades fundamentais da seleção de medicamentos, agrupados em três objetivos gerais alcançados: 1) a regulamentação de fluxos e procedimentos para a seleção de medicamentos; 2) a organização de comissões de farmácia e terapêutica e 3) a elaboração de lista de medicamentos essenciais.

8	A média de idade foi de 21 anos, a média do uso de medicamentos foi 2,42; os medicamentos mais consumidos foram os antianêmicos (47,5%), suplementos e vitaminas (18,7%), analgésicos (13,8%) e antibióticos (10,5%). Na categoria de risco, 69,3% pertenciam à categoria A; 22,3% à B; 7,6% à C e 0,8% à D.
9	Foram identificadas 27 revisões sistemáticas sobre intervenção para a gestão de antimicrobianos (programas de stewardship) combinadas e individuais. Essas intervenções abordaram estratégias de educação, sistemas eletrônicos, biomarcadores e diversas formas de manejo de antimicrobianos. As principais barreiras de implementação das intervenções, identificadas por meio da literatura e do diálogo deliberativo foram: falta de infraestrutura e recursos humanos, insatisfação do paciente em relação à conduta terapêutica; diferenças culturais da equipe multidisciplinar, sobrecarga de trabalho da equipe, falta de financiamento e planejamento.
10	É observada, nesse período (década de 1950), a centralidade cada vez maior do obstetra no parto, bem como a recomendação do uso encadeado de diferentes intervenções – com destaque para a ocitocina – visando menor tempo do trabalho de parto.
11	Há fartura de normas legais para a regulamentação da matéria, sendo que toda política de tratamento deste tema está consubstanciada na base da pirâmide hierárquica de leis, ou seja, nas portarias e instruções normativas.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

DISCUSSÃO

No artigo intitulado *O mercado de matérias-primas para a indústria de fitoterápicos* foram apresentados dados relacionados aos aspectos de custo e logística de matéria-prima, evidenciando uma maior dependência dos produtos importados. As razões para isso normalmente são porque a maior parte dos produtos importados acabam obtendo um preço maior que os produtos nacionais por sofrerem maiores alíquotas nas taxações, mas por outro lado somente os nacionais são taxados por valores previdenciários e trabalhistas.

O segundo estudo, do respectivo autor (MAIA e col., 2020) apresentou sobre questões relacionadas à prescrição, dispensação, administração, monitoramento e intervenções

medicamentosos; demonstrando a negligência por desconhecimento de alguns profissionais, evidenciando a necessidade de formação continuada e capacitação dos mesmos nesta logística da atenção farmacêutica.

Os dois estudos posteriores dos autores anteriormente apresentados (FURINI, NUNES, DALLORA, 2019; SANTOS, ROCHA, SAMPAIO, 2019), a respeito de medicamentos potencialmente perigosos e efeitos adversos, identificaram falta de conhecimento de um ou mais processos da gestão medicamentosa nos locais dessas pesquisas, podendo causar ou causando efeitos adversos de medicamentos nos pacientes, até mesmo morte. No estudo feito por OLIVEIRA, et al. (2017) foram identificadas falhas nas notificações dos efeitos adversos dos medicamentos. Essa prática corrobora com a falta de transparência, impossibilitando intervenções necessárias para a evitar repetições desses problemas.

Os dados do artigo *Indução de endividamento hospitalar na compra de medicamento em situação de monopólio: o caso do mesilato de imatinibe*, apresentaram informações referentes ao monopólio de fármacos importados, mantendo a subordinação dos governos e hospitais às grandes indústrias farmacêuticas. Compras dessa natureza, sem um planejamento eficiente, pode gerar endividamento de sistemas públicos e privados da saúde.

Os dois artigos que abordaram sobre gestação e parto respectivamente, ficou perceptível a vulnerabilidade das primigestas do município do Rio Branco aos efeitos adversos dos medicamentos com uma porcentagem de risco elevada e preocupante; e o uso da ocitocina como o meio seguro e racional para o bem-estar das parturientes.

Ainda nesta revisão, o último artigo tratou exclusivamente sobre os medicamentos *off label* e o amparo legislativo desse tipo de prática médica na área privada, com ponderações equilibradas e consistentes. Constatou-se que há amparo legislativo para o sistema privado, contudo com algumas especificações como, por exemplo, ter usado, anteriormente, todos os meios possíveis para o tratamento e cura do paciente, além da responsabilidade médica pelos efeitos adversos, pois não é obrigação da Anvisa fiscalizar e determinar a prática médica.

Comparando os artigos, percebe-se através dos resultados encontrados na maioria deles, a necessidade da contínua formação e conscientização dos profissionais a fim de conhecer bem os processos administrativos, sobretudo de logística; e que falhas na gestão também podem acontecer devido à falta de infraestrutura, gerando sobrecarga a equipe dos profissionais de saúde. Também ficou notório que o monopólio farmacêutico e a alta carga tributária brasileira continuam sendo um empecilho para tornar o valor dos medicamentos mais acessível à população, sobretudo as pessoas mais carentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo traz como contribuições práticas informações do cotidiano da gestão dos medicamentos no âmbito deste estudo apresentando algumas causas de adversidades administrativas, logísticas, efeitos adversos (e práticas para combatê-los e evitar riscos aos pacientes).

As lacunas encontradas foram nenhuma contribuição teórica que venha inovar, além de uma pequena quantidade artigos tratando dos aspectos econômicos e logístico, que resultou numa desproporcionalidade (considerando os descritores utilizados na pesquisa).

A fim de solucionar os problemas encontrados no que diz respeito a maioria dos trabalhos inclusos nessa revisão propõe-se etiquetas de alerta, principalmente nos medicamentos potencialmente perigosos; dupla conferência, prescrições eletrônicas, a fim de evitar ilegibilidade; educação dos profissionais envolvidos no processo, e melhorar a infraestrutura do hospital visando diminuir a sobrecarga dos profissionais.

Em relação aos aspectos econômicos e logísticos, a fim de enfrentar o alto custo da aquisição de medicamentos propõe-se o investimento em outras alternativas, por exemplo, fitoterápicos e o engajamento da sociedade civil e dos profissionais da saúde a fim de criar legislações que diminuam a carga tributária dos medicamentos que resulte numa melhor qualidade da oferta sanitária brasileira.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Andréia Moreira de et al. **Fatores associados ao uso de medicamentos na gestação em primigestas no Município de Rio Branco, Acre, Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, v. 30, n. 5, p. 1042-1056, 2014. Doi: 10.1590/0102-311X00172412. Acesso 30 jun. 2023.

BEZERRA. 2018 **Remédio, fármaco e medicamento: qual a diferença?**. Disponível em: [http://www.cirurgicabezerra.com.br/remedio-farmaco-e-medicamento-qual-a-diferenca/#iLightbox\[gallery392\]/0](http://www.cirurgicabezerra.com.br/remedio-farmaco-e-medicamento-qual-a-diferenca/#iLightbox[gallery392]/0). Acesso em 25 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 26, de 14 de Maio de 2014. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. Brasília, DF, 2014. Acesso em 05 jul. 2023.

CASTRO, Rafaela A.; ALBIERO, Adriana L.M. **O mercado de matérias primas para indústria de fitoterápicos.** Revista Fitos, Rio de Janeiro, Vol, 10(1), p. 3, 2016. Acesso em 30 jun. 2023.

CHAVES et al. 2020 **Nota técnica: desabastecimento, uma questão de saúde pública global. sobram problemas, faltam medicamentos.** Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/nota-tecnica-desabastecimento-uma-questao-de-saude-publica-global-sobram-problemas-faltam>. Acesso em 30 jul. 2023.

FURINI ACA; NUNES AA, DALLORA MELV. **Notificação de eventos adversos: caracterização dos eventos ocorridos em um complexo hospitalar.** Rev Gaúcha Enferm. 2019;40(esp):e20180317. doi: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2019.20180317>. Acesso em 01 jul. 2023.

KESIC~, D. Strategic Development Trends in the World Pharmaceutical Industry. Managing Global Transitions, v. 9, n. 3, p. 207–223, 2011. Acesso em 24 jun. 2023.

LEAL, Eduardo Chaves et al. **Desafios do acesso a medicamentos no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Livres, n. 1, p. 15, set 2019. Acesso em 30 jun. 2023.

MAIA JLB; BATISTA RFL; ROSA MB; SILVA FM; ARAÚJO Hanna-Arony WP; CARVALHO AA; CARNEIRO SCS. **Identificação de riscos e práticas na utilização de medicamentos potencialmente perigosos em hospital universitário**. REME - Rev Min Enferm. 2020[citado em 30 jun]; 24:e-1311. Disponível em: DOI: 10.5935/1415-2762.20200048.

MELO RC, ARAÚJO BC, BORTOLI MC, TOMA TS. **Gestão das intervenções de prevenção e controle da resistência a antimicrobianos em hospitais: revisão de evidências**. Rev Panam Salud Publica. 2020;44:e35. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2020.35>. Acesso em 30 jun. 2023.

NUCCI, Marina; NAKANO, Andreza Rodrigues; TEIXEIRA, Luiz Antônio. Ocitocina sintética e a aceleração do parto: reflexões sobre a síntese e o início do uso da ocitocina em obstetrícia no Brasil. História, Ciências, Saúde-Manguinhos [online]. 2018, v. 25, n. 4 [Acessado 01 julho 2023], pp. 979-998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702018000500006>>. ISSN 1678-4758. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702018000500006>.

OLIVEIRA, et al. **Queixas técnicas e reações adversas a medicamentos notificadas em um hospital regional no Brasil: um estudo transversal**. ABCS health sci ; 43(1): 25-29, 2018. Acesso em 03 jul. 2023.

PALMER, E. China drug exports to U.S. rise but companies struggle with quality FiercePharma, 30 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.fiercepharma.com/manufacturing/china-drugexports-to-u-s-rise-but-companies-struggle-quality>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SANTANA, et al. A institucionalização da seleção de medicamentos em hospitais públicos por meio do planejamento estratégico situacional. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 48(6):1587-1603, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121596>. Acesso em 03 jul. 2023.

SANTOS; Patrícia R. A. dos, Rocha; Fernanda L. R.; SAMPAIO Camila S. J. C. Ações para segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos em unidades de pronto atendimento. Rev Gaúcha Enferm [Internet]. 22º de janeiro de 2019 [citado 26º de agosto de 2023];40. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/89781>.

SASSINE, Vinícius. **Indígenas ficam sem cloroquina para malária após saúde desviar uso para Covid.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/08/indigenas- ficam-sem-cloroquina-para-malaria-apos-saude-desviar-uso-para-covid.shtml>. Acesso em 02 jul 2023.

SCOPEL, Carolinne Thays; CHAVES, Gabriela Costa. Indução de endividamento hospitalar na compra de medicamento em situação de monopólio: o caso do mesilato de imatinibe. Cadernos de Saúde Pública, v. 31, n. 3, p. 575-585, 2015. DOI: 10.1590/0102-311X00080314. Acesso em 04 jul 2023.

SILVEIRA, Marilusa Cunha da. A visão jurídica do uso do medicamento Off Label no âmbito da saúde suplementar. Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário, Brasília, v. 7, n. 2, p. 48-60, abr./jun. 2018. DOI: 10.17566/ciads.v7i2.494. Acesso em 04 jul 2023.